

“SE EU FOSSE MINISTRO DA EDUCAÇÃO, EU FARIA O SEGUINTE, A PROPÓSITO DA EAD...”

Tereza Cristina Mendes Vieira

Vencida a fase de regulamentação e experimentação, a Educação a Distância (EAD) deve agora criar os próprios modelos instrucionais, em vez de simplesmente copiar os do ensino presencial.

Caso eu fosse o ministro Renato Janine Ribeiro, eu atualizaria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), promulgada no Brasil em 20 de dezembro de 1996, para fazer os ajustes que a EAD necessita neste momento.

O deslocamento das ações do ensino tradicional para a modalidade a distância foi a opção seguida pela grande maioria das escolas quando a EAD surgiu no Brasil. A intenção era tentar aproveitar os exemplos de sucesso. Contudo, não se mostrou suficiente.

Comparada com o ensino convencional, que deu os primeiros passos com Platão, um dos grandes pensadores do século IV, a EAD é muito recente. Só passou a ficar mais conhecida a partir de 2005, com a implantação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), hoje a grande referência da educação a distância pública no país. Portanto, foi consagrada no país há somente 10 anos.

Por existir há relativo pouco tempo, a EAD não conseguiu cristalizar incontáveis modelos bem-sucedidos. Mas esse “porém” não deve ser entendido como um ponto negativo e sim como uma vantagem a favor da criatividade.

O cenário da EAD agora impõe práticas educacionais mais dinâmicas. Por exemplo:

- As provas de avaliação deveriam ser abolidas. Os próprios alunos se autoavaliaram. Eles mesmos iriam decidir se estão preparados ou não para se lançar no mercado.
- Os mesmos e velhos currículos seriam substituídos por grades mais flexíveis e personalizadas. Os estudantes selecionariam as áreas de maior interesse - montariam o próprio currículo.

- Os alunos poderiam cursar desde empreendedorismo a religião e até mesmo disciplinas que estimulem a criatividade, como arte.
- As disciplinas dariam maior ênfase a construção de cidadãos conscientes e críticos - a um processo educativo comprometido com valores éticos e morais.
- Os conteúdos produzidos dentro da escola ficariam acessíveis à sociedade - o “saber” seria compartilhado.
- Em vez de material didático com extensos textos para leitura, jogos digitais prazerosos e estimulantes.
- Assim como os professores, os alunos poderiam propor e criar métodos de aprendizagem.

A Educação a Distância está diante da oportunidade de criar a própria metodologia e, com isso, inovar. As práticas pedagógicas que foram transferidas do ensino presencial para o *on-line* até aqui devem ser definitivamente deixadas para trás. É preferível experimentar as novas possibilidades propiciadas pelas tecnologias de informação e comunicação a simplesmente transferir as boas “receitas” da modalidade tradicional para a tela do computador.

A legislação brasileira é ainda muito restritiva em relação à EAD. Os mecanismos de regulação, aplicados para evitar desvios, impossibilitam a introdução de inovações. Se eu fosse o atual ministro da Educação, eu faria alterações na Lei de Diretrizes e Bases para que a EAD possa criar os próprios modelos e, assim, promover a expansão e a qualidade do ensino no país.